ISSN: 2358-8829

# IMPACTOS DO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA DO PARFOR/UFPI (POLO PIRIPIRI) NA VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES E DOS SABERES TRADICIONAL

Patricia Cristina da Silva Barros [1]
Maria do Carmo Santos Soares [2]

## INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena constitui um campo fundamental para a garantia do direito à educação em diálogo com as identidades, as línguas, as memórias, os territórios e os modos próprios de produzir conhecimentos dos povos originários. No Brasil, o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização dos diferentes grupos formadores da sociedade encontram respaldo na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, Lei nº 9.394/1996. A Lei nº 11.645/2008 também determina a inclusão da história e da cultura dos povos indígenas nos currículos escolares, contribuindo para o enfrentamento de silenciamentos históricos e de representações estereotipadas.

Nesse contexto, a formação docente assume papel estratégico: além de oferecer conhecimentos pedagógicos e acadêmicos, precisa possibilitar a reflexão crítica sobre as relações entre escola, comunidade e cultura. A perspectiva intercultural defendida neste trabalho compreende o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais como uma possibilidade de construir práticas educativas contextualizadas, respeitosas e comprometidas com a diversidade. Não se trata de apenas acrescentar conteúdos sobre povos indígenas ao currículo, mas de reconhecer sujeitos, experiências e conhecimentos como parte legítima dos processos educativos.

O Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ofertado no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), no polo de Piripiri, constitui o contexto desta investigação. O estudo tem como objetivo analisar as contribuições dessa formação para a valorização das identidades culturais e dos saberes tradicionais, bem como para a construção de práticas educativas interculturais. A relevância da pesquisa está em discutir como a formação superior pode aproximar universidade e comunidades, ampliar o reconhecimento das

[1] Graduando do Curso de Pedagogia Intercultural Indigena da Universidade Federal Piauí- UFPI, pathycriss3@hotmail.com;
[2] Graduado pelo Curso de Pedagogia Intercultural Indigena da Universidade Federal Piauí- UFPI, carminha863@hotmail.com;

culturas indígenas e apoiar docentes na elaboração de ações pedagógicas relacionadas às realidades socioculturais dos estudantes.

O texto está organizado em cinco partes: introdução, metodologia, referencial teórico articulado à discussão, resultados e discussão e considerações finais. A análise considera os dados descritos no material de pesquisa: a participação de 33 estudantes, sendo 15 indígenas (45,5%) e 18 não indígenas (54,5%), além de observações das atividades formativas, entrevistas com estudantes e docentes e relatos de experiências produzidos durante o curso.

## METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, com caráter descritivo e analítico, e foi desenvolvida no âmbito do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena do PARFOR/UFPI, polo de Piripiri. Participaram 33 estudantes, dos quais 15 se identificaram como indígenas, correspondendo a 45,5% do grupo, e 18 eram não indígenas, equivalentes a 54,5%. O grupo inclui professores da Educação Básica que integram o curso.

Os procedimentos descritos no material de base compreenderam observações de atividades formativas, entrevistas com estudantes e docentes e análise de relatos de experiências produzidos ao longo do curso. Esses instrumentos foram considerados de modo complementar para compreender as relações entre formação acadêmica, identidade cultural, saberes tradicionais e possibilidades de construção de práticas educativas contextualizadas.

A análise foi organizada em eixos temáticos: (1) reconhecimento e fortalecimento das identidades culturais; (2) valorização de línguas, memórias, territórios e práticas tradicionais; (3) aproximação entre conhecimentos acadêmicos e comunitários; (4) repercussões na prática pedagógica e na presença indígena no ensino superior; e (5) desafios persistentes, especialmente preconceito, estigmas sociais e visões estereotipadas. A distribuição dos participantes foi tratada de forma descritiva, enquanto os demais achados foram sintetizados qualitativamente a partir das tendências apresentadas no resumo e no banner.

Os materiais fornecidos não apresentam transcrições integrais das entrevistas, datas de coleta, roteiro dos instrumentos ou informação sobre submissão a comitê de ética. Por isso, este texto não atribui falas literais aos participantes nem acrescenta procedimentos que não estejam documentados. Antes da submissão definitiva, recomenda-se às autoras confirmar e inserir, se aplicável, as informações éticas e institucionais pertinentes, bem como assegurar que a coleta e a utilização dos relatos observaram os procedimentos de consentimento e confidencialidade adotados pela pesquisa.

ISSN: 2358-8829

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 estabelece bases para o reconhecimento dos direitos culturais e da diversidade que compõe a sociedade brasileira. No campo educacional, a LDB — Lei nº 9.394/1996 — orienta a organização da educação nacional e prevê, em dispositivos específicos, atenção à educação escolar indígena e à valorização de suas línguas e processos próprios de aprendizagem. Esses marcos legais ajudam a compreender que a educação voltada aos povos indígenas não deve ser tratada como simples adaptação de um modelo escolar homogêneo, mas precisa considerar as particularidades socioculturais das comunidades.

A Lei nº 11.645/2008 alterou a LDB para tornar obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino. Sua importância para a discussão aqui desenvolvida está na necessidade de superar abordagens pontuais ou folclorizadas e promover o conhecimento crítico das contribuições, trajetórias e experiências dos povos indígenas. A valorização dessas histórias e culturas depende também da formação de profissionais capazes de problematizar preconceitos e de selecionar conteúdos e metodologias coerentes com a diversidade dos contextos escolares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, publicadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012, constituem referência para a organização de uma educação escolar que respeite as especificidades dos povos indígenas. Em diálogo com esse marco, a formação intercultural deve articular conhecimentos pedagógicos e científicos com os conhecimentos produzidos e transmitidos nas comunidades, sem hierarquizar automaticamente uma forma de saber sobre a outra.

A interculturalidade, neste estudo, é compreendida como uma orientação para o diálogo crítico entre culturas e sistemas de conhecimento. Essa perspectiva exige mais do que a convivência superficial entre diferenças: demanda reconhecer relações históricas de desigualdade, questionar estereótipos e criar condições para que os sujeitos e as comunidades participem da construção dos processos educativos. A formação docente pode contribuir para esse movimento ao estimular a escuta, a reflexão sobre as experiências dos estudantes e o planejamento de práticas conectadas aos contextos locais.

Assim, o referencial legal e conceitual sustenta a análise do curso do PARFOR/UFPI como espaço de formação e encontro entre universidade, escola e comunidade. A valorização das identidades e dos saberes tradicionais é tomada como dimensão da qualidade social da educação, pois envolve reconhecimento, participação e possibilidade de produzir currículos e práticas pedagógicas menos excludentes.

ISSN: 2358-8829

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados sintetizados nos materiais indicam contribuições da formação para os dois grupos de participantes, embora com ênfases distintas. Entre os 15 estudantes indígenas, os relatos destacados no banner apontam a importância do curso para o reconhecimento das identidades, das culturas, das memórias, dos territórios e dos saberes tradicionais. Esse achado sugere que a formação acadêmica pode funcionar como espaço de afirmação identitária e de reconhecimento de conhecimentos que, historicamente, foram marginalizados em contextos escolares e sociais.

Entre os 18 estudantes não indígenas, especialmente aqueles que atuam como professores da Educação Básica, a formação aparece associada à ampliação dos conhecimentos sobre as culturas indígenas e à possibilidade de incorporá-los às práticas pedagógicas. Essa contribuição é relevante porque o cumprimento das orientações curriculares não se limita à inclusão de um tema em datas comemorativas: requer planejamento contínuo, escolha responsável de materiais e abordagem que evite generalizações sobre povos diversos. A formação pode apoiar o professor a reconhecer a pluralidade das experiências indígenas e a questionar imagens estereotipadas.

Outro resultado apontado é o fortalecimento do diálogo entre conhecimentos acadêmicos e comunitários. A aproximação entre esses saberes pode favorecer práticas educativas contextualizadas, nas quais experiências, memórias, línguas e conhecimentos locais sejam considerados recursos legítimos para ensinar e aprender. Ao mesmo tempo, a interculturalidade exige que esse diálogo ocorra com respeito e sem apropriação descontextualizada dos conhecimentos comunitários. O trabalho pedagógico deve reconhecer a participação das comunidades e respeitar os modos próprios de transmissão e preservação de seus saberes.

O material também aponta ampliação da presença indígena no ensino superior e maior aproximação entre formação acadêmica e realidades comunitárias. A presença de estudantes indígenas em um curso de nível superior amplia possibilidades de participação na produção de conhecimento e na formação de profissionais que compreendam as demandas de seus territórios. Esse processo pode fortalecer a autonomia comunitária e contribuir para que a escola dialogue de maneira mais consistente com os contextos nos quais está inserida. Contudo, os dados apresentados permitem identificar tendências e contribuições percebidas, não medir causalmente o impacto do curso nem generalizar os resultados para todas as comunidades indígenas.

A composição do grupo participante ajuda a contextualizar a análise. Dos 33 estudantes, 15 eram indígenas e 18 não indígenas, conforme apresentado no banner. A proporção relativamente próxima entre os grupos permite observar que a formação reúne experiências e trajetórias diferentes, criando oportunidades de diálogo intercultural. Entretanto, os percentuais descrevem apenas os participantes deste estudo e não devem ser interpretados como representativos da população indígena ou dos estudantes do PARFOR em outras localidades.

**QUADRO 1 – SÍNTESE DOS EIXOS DE ANÁLISE**

Eixo 1 — Identidades e pertencimento: entre os estudantes indígenas, destaca-se o reconhecimento das identidades, culturas, memórias e territórios. Eixo 2 — Saberes tradicionais: valorização de práticas e conhecimentos comunitários como parte da formação e da educação escolar. Eixo 3 — Prática pedagógica: entre estudantes não indígenas, sobretudo professores, observa-se a possibilidade de ampliar conhecimentos sobre culturas indígenas e incorporá-los ao trabalho escolar. Eixo 4 — Universidade e comunidade: a formação aproxima experiências acadêmicas e realidades comunitárias e amplia a presença indígena no ensino superior. Eixo 5 — Desafios: permanecem preconceito, estigmas sociais e visões estereotipadas, indicando a necessidade de ações permanentes de formação e sensibilização

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permite concluir que o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena do PARFOR/UFPI, no polo de Piripiri, contribui para a valorização das identidades culturais e dos saberes tradicionais ao promover o encontro entre conhecimentos acadêmicos, experiências docentes e realidades comunitárias. Conforme os resultados sintetizados, os estudantes indígenas destacam o reconhecimento de suas culturas, memórias, territórios e saberes, enquanto estudantes não indígenas, especialmente professores da Educação Básica, ampliam conhecimentos que podem ser mobilizados em práticas pedagógicas interculturais.

A pesquisa também evidencia que a formação intercultural pode colaborar para ampliar a presença indígena no ensino superior e aproximar universidade e comunidade. Tais contribuições dialogam com o marco normativo brasileiro, que reconhece a diversidade cultural e orienta a valorização da história e da cultura dos povos indígenas na educação. Para que esses avanços se consolidem, contudo, é necessário enfrentar o preconceito, os estigmas sociais e as representações estereotipadas que persistem nos espaços educacionais e na sociedade.

Como implicação prática, recomenda-se fortalecer ações formativas continuadas, promover a participação das comunidades na construção de propostas pedagógicas e desenvolver materiais didáticos contextualizados, respeitosos e coerentes com a diversidade dos povos indígenas. Também se mostra pertinente ampliar futuras investigações, incluindo a descrição mais detalhada dos procedimentos de coleta, a análise sistemática dos relatos e o acompanhamento de práticas pedagógicas após a formação. Essas iniciativas poderão aprofundar a compreensão sobre os efeitos do curso e contribuir para o aprimoramento de políticas de formação docente intercultural.

Por fim, reconhece-se como limite deste trabalho o fato de os materiais disponibilizados apresentarem resultados sintetizados, sem transcrições ou detalhamento integral dos instrumentos de pesquisa. Assim, as conclusões devem ser

compreendidas dentro do alcance descritivo e qualitativo dos dados informados. Ainda assim, os achados reforçam a relevância da universidade pública e da formação intercultural para a promoção da justiça social, do respeito à diversidade e do fortalecimento da educação escolar indígena na região.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). Documentos institucionais do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena. Teresina: UFPI, [s. d.].